

Arteris Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.801.083/0001-13

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)						
Ativo	Nota explicativa	2021		2020		Nota explicativa	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020		2021	2020		
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.239	2.106							
Contas a receber – partes relacionadas	8	3.104	1.134							
Impostos a recuperar	5	1.049	888							
Dividendos a receber	6	13.096	–							
Total do ativo circulante		18.488	4.128							
Não Circulante										
Impostos a recuperar	5	–	132							
Investimentos em controladas e coligadas	6	170.221	120.201							
Total do ativo não circulante		170.221	120.333							
Total do ativo		188.709	124.461							
<i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis</i>										
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)				Reservas de Lucros						
Ativo	Nota explicativa	Capital social	Legal	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	2021		2020	
							2021	2020	2021	2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019										
Lucro líquido do exercício	10	73.842	13.786	33.098	–	120.726				
Destinação:										
Reserva legal		–	982	–	(982)	–				
Dividendos distribuídos		–	–	–	(60.687)	(60.687)				
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	(6.052)	(6.052)				
Dividendos adicionais propostos	10	–	–	1.176	(1.176)	–				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		73.842	14.768	34.274	–	122.884				
Lucro líquido do exercício	10	–	–	–	–	66.350				
Destinação:										
Dividendos distribuídos		–	–	–	(10.090)	(10.090)				
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	(6.252)	(6.252)				
Dividendos adicionais propostos		–	–	50.008	(50.008)	–				
Saldos em 31 de dezembro de 2021		73.842	14.768	84.282	–	172.892				
<i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis</i>										
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Expressas em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)										

1. Contexto Operacional – A Arteris Participações S.A. (“Sociedade”), é uma subsidiária integral da Arteris S.A. (“Arteris” ou “Controladora”), constituída em 11 de novembro de 2015 e tem como objetivo a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A constituição da Sociedade se deu através da transferência da Arteris para a Sociedade de 49% da sua participação na Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias” ou “Coligada”) avaliadas através de laudo contábil cujas informações do patrimônio líquido foram baseadas na data de 30 de setembro de 2015. A Intervias é uma coligada da Sociedade, que não detém o controle da Intervias, porém possui influência significativa. A Arteris S.A. é uma empresa brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPEs) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. Controladora é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos são (i) a *holding* não financeira espanhola Participes em Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC, e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (j) o fundo Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos – Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, dos serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado. Por meio do Termo Aditivo e Modificativo – TAM nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“Artesp”) o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028. Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, o mesmo aprovou a inclusão no cronograma físico – financeiro do contrato de concessão, a implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053, em valor presente líquido. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de dois meses e quinze dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 1 de abril de 2028.

Covid – 19: A Sociedade analisou os efeitos do coronavírus nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, face a situação adversa decorrente da pandemia do COVID-19, e concluiu que não houve impactos relevantes.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 23 de fevereiro de 2022. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os valores das demonstrações contábeis apresentadas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, provisões para riscos fiscais e cíveis, que apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações contábeis são: **3.1. Instrumentos financeiros:** **3.1.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **3.1.2. Classificação e mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento

inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.3. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.4. Investimentos:** O investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base nos balanços levantados pela Coligada nas mesmas datas-bases das demonstrações contábeis da Sociedade. A consolidação da Coligada é realizada na Arteris S.A. que é a sua Controladora. **3.5. Imposto de renda e contribuição social – correntes:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.6. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisdições disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelo valor de realização e/ou liquidação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço. **3.8. Apuração do resultado:** Os resultados das operações estão apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **3.9. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 10. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. **3.10. Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis: (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); (b) Imposto diferido relacionado a ativos

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)					
	Nota explicativa	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
(Despesas) Receitas Operacionais					
Generais e administrativas	11	(104)	(92)		
Equivalência patrimonial	6	66.693	69.360		
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		66.589	69.268		
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	12	96	157		
Despesas financeiras	12	(335)	(528)		
		(239)	(371)		
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		66.350	68.897		
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Social	13	–	–		
Lucro Líquido Do Exercício		66.350	68.897		
Lucro por Ação Básico e Diluído – R\$		14	66.350	68.897	
<i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis</i>					
Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)					
	Nota explicativa	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício		66.350	68.897		
Outros Resultados Abrangentes					
Resultado Abrangente do Exercício		66.350	68.897		
<i>As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis</i>					

e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); (c) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (d) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (e) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); (f) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (g) Contratos de Seguros; (h) Revisão anual das normas (CPC 2018–2020); (i) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); (j) Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa – Estão representados por: Caixa e equivalentes de caixa **2021** **2020**
Caixa e contas bancárias 1 1
Aplicações financeiras* 1.238 2.105
Total 1.239 2.106

* Os recursos aplicados possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 99,0% a.a do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,35% a.a em 31 de dezembro de 2020). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

5. Impostos a Recuperar – Estão representadas por:

	2021	2020
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF (a)	554	882
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	1	3
IRPJ e CSLL sobre saldos negativos (b)	490	132
	1.045	1.017
Outros	4	3
Total	4	3
Total geral	1.049	1.020
Total do circulante	1.049	888
Total do não circulante	–	132
	1.049	1.020

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e juros sobre capital próprio a receber da Intervias, que poderá ser compensado nos períodos subsequentes. (b) Saldo negativo referente a apurações dos exercícios findos de 2021, ao ano calendário de 2020 e anteriores, passível de compensação com tributos administrados pela receita federal.

6. Investimento – Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o investimento da Sociedade é representado pela participação na Intervias. O investimento está registrado pelo método de equivalência patrimonial. A movimentação do investimento é como segue:

	2021	2020
Informações sobre a Intervias:		
Percentual de Participação da Sociedade	49%	49%
Patrimônio líquido	347.390	245.309
Lucro líquido do exercício	136.108	141.552
Saldo no início do exercício	120.201	113.639
Equivalência patrimonial no exercício	66.693	69.360
Juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos	(16.673)	(62.798)
Saldo no final do exercício	170.221	120.201

A investida possui 4.763.110 ações ordinárias, Patrimônio líquido no valor de R\$347.390, Ativo circulante de R\$557.000, Ativo não circulante de R\$1.460.844, Ativo total de R\$2.017.844, Passivo circulante de R\$337.210, Passivo não circulante de R\$1.333.244, Passivo total de R\$1.670.454, Receita líquida de R\$493.878 e Lucro de R\$136.108. Em 2021 a Intervias distribuiu para a Sociedade o montante de R\$13.096 de dividendos (R\$19.752 em 31 de dezembro de 2020) e R\$3.577 de juros sobre o capital próprio (R\$5.627 em 31 de dezembro de 2020). O valor pago pela Intervias para a Sociedade de juros sobre o capital próprio foi de R\$1.070 (R\$6.395 em 31 de dezembro de 2020) para dividendos não houve pagamentos em 2021 (R\$57.171 em 31 de dezembro de 2020).

7. Obrigações Fiscais – Estão representados por:

	2021	2020
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	357	218
Programa de integração social – PIS	–	22
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINs	1	101
Total	358	341

8. Transações com Partes Relacionadas – A Sociedade, é uma subsidiária integral da Arteris S.A., e tem como objetivo a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras, portanto, não possui receitas operacionais e depende de recursos financeiros de partes relacionadas para pagamento de despesas administrativas necessárias para a continuidade de suas operações, bem como para a liquidação dos seus passivos contratados. Em 31 de dezembro 2021 o saldo de R\$3.104 refere-se a juros sobre capital próprio (R\$1.134 em 31 de dezembro de 2020) a receber da Intervias. Em 31 de dezembro 2021 o saldo de R\$ 5.369 (R\$1.236 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a juros sobre capital próprio a pagar a Controladora. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

9. Provisão – A Administração é de opinião que em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não era conhecido nenhum processo de natureza cível ou trabalhista na qual a Sociedade é parte e que devesse ser refletida nas demonstrações contábeis.

10. Patrimônio Líquido – Capital Social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e de R\$73.842 compostos por 1.158 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$73.842, pertencentes a Arteris S.A. **Reserva legal e retenção de lucros:** O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal na forma da lei no percentual de até 20%, poderá ser destinado à reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Sociedade distribuiu para a Arteris S.A. o valor de R\$6.252 de juros sobre capital próprio (R\$6.052 em 31 de dezembro de 2020) e R\$10.090 de dividendos (R\$90.687 em 31 de dezembro de 2020). A Sociedade pagou para a Arteris S.A. o valor de R\$1.181 de juros sobre capital próprio (R\$5.440 em 31 de dezembro de 2020) e não houve pagamento de dividendos em 2021 (R\$60.687 em 31 de dezembro de 2020).

	Nota explicativa	2021		2020	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício		66.350	68.897		
Reserva legal de 5%		–	(982)		
Base de cálculo		66.350	67.915		
Dividendos estatutários obrigatórios		25%	25%		
Total		16.588	16.979		
Dividendos antecipados		(10.090)	(60.687)		
Juros sobre capital próprio		(6.252)	(6.052)		
Dividendos adicionais propostos		(50.008)	(1.176)		
		(66.350)	(67.915)		
		1	1		
Número de ações durante o exercício		(16.342)	(66.739)		
Dividendos por ação distribuído		(50.008)	(1.176)		
Dividendo por ação		(66.350)	(67.915)		

O cálculo básico de dividendo por ação é feito através da divisão dos dividendos, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020